

A QUESTÃO RACIAL DE ASSISTENTES SOCIAIS NEGRAS NOS ESPAÇOS SÓCIO- OCUPACIONAIS

THE RACIAL ISSUES OF THE BLACK SOCIAL WORKERS IN SOCIAL OCCUPATIONALS SPACES

Alessandra Mayra Maidana¹

Fabiola Regina Falcoski²

Resumo: O presente estudo se faz importante para os profissionais e estudantes de Serviço Social o que se deve, por um lado, pela necessidade da discussão das consequências da escravidão na vida de pessoas negras na sociedade e, por outro lado, refletir ações afirmativas no enfrentamento ao racismo estrutural e institucional em que estão inseridas Assistentes Sociais pretas (os) e pardas (os). O objetivo principal é compreender quais impactos estão atravessando o cotidiano de profissionais do Serviço Social, do município de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo. O estudo foi avaliado a partir das respostas de dezoito assistentes sociais que se reconhecem pretas ou pardas. Para coleta dos dados, foi realizado um questionário a partir da temática étnica/racial.

Palavras-chave: assistente social negra, racismo, questão racial, serviço social.

Abstract: The following research is important for Social Worker professionals and Social Worker students, which is, on the one hand important for the necessity of the discussions of the slavery consequences on black people's lives in the society, and on the other, reflecting affirmative actions in facing structural and institutional racism which is inserted in black and brown-skinned Social Workers professionals. The main goal of this research is to understand which aspects the Social Workers professional in the city of São José do Rio Preto in the state of São Paulo. The research was done watching the everyday of 18 Social Workers which is classified as black or brown-skinned. A survey was done from the ethnic / racial theme to collect the data.

Keywords: black social workers, racism, racism issues, social work.

¹ Assistente Social; Graduada em Serviço Social pela Universidade Paulista, São José do Rio Preto-SP; Especialista em Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas pelas Faculdades Integradas de Fernandópolis - FIFE-FEF, Fernandópolis-SP. E-mail: maidanaalessandra@gmail.com;

² Assistente Social; Especialista em Psicologia e Mestre em Sociologia-Unesp/Araraquara. Coordenadora Pedagógica do Curso de Serviço Social das Faculdades Integradas de Fernandópolis - FIFE-FEF, Fernandópolis-SP. E-mail: fabiola@fef.edu.br

Artigo submetido em: 08 de outubro de 2020.

Artigo aceito em: 30 de novembro de 2020.

p. 234-251 DOI: <https://doi.org/10.46551/rssp202115>

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado de pesquisa cujo objetivo foi realizar um levantamento das vivências pessoais, educacionais e profissionais em relação a questão racial nos espaços sócio-ocupacionais em que atuam Assistentes Sociais negras³, do município de São José do Rio Preto - São Paulo.

É fundamental destacar que este estudo não pretende revitimizar a mulher negra ao recontar fatos de sua trajetória, mas sim incorporar novas reflexões ao debate racial, principalmente, no campo profissional do Serviço Social. O enfrentamento com o racismo e com a discriminação racial não se deve limitar a um comportamento isolado, individualmente: necessita ser um debate coletivo.

Para tanto, o objetivo geral deste trabalho é compreender quais impactos estão atravessando o cotidiano de profissionais do Serviço Social, considerando situações de racismo vividas por estes na sua rotina de trabalho no município de São José do Rio Preto, no estado de São Paulo, além da sua autopercepção sobre.

Um dos objetivos específicos é, desta forma, compreender as inquietações que não foram esgotadas no debate étnico-racial, nos espaços sócio-ocupacionais onde atuam assistentes sociais mulheres que, preferencialmente, se reconhecem pretas ou pardas. Tendo em vista que estas atuam no campo do trabalho e do assalariamento, estão abarcadas triplamente pela lógica racista, patriarcal e capitalista.

Busca-se também, como objetivo específico, conhecer as percepções deste grupo mencionado, a partir de suas vivências profissionais no âmbito pessoal, educacional e profissional.

É indispensável elucidarmos, a partir de Almeida (2019), sobre a importância em entender o conceito de raça, operado a partir de dois registros:

1) como característica biológica, em que a identidade racial será atribuída por algum traço físico, como a cor da pele, por exemplo; e 2) como característica étnico-cultural em que a identidade será associada à origem geográfica, à religião, à língua ou outros costumes [...], e ainda cita que Frantz Fanon denomina tal afirmação como racismo estrutural. A partir desta perspectiva, o autor destaca que após apreendido o conceito de raça, pode-se falar sobre racismo. (ALMEIDA, 2019, p.30-31)

³ População negra, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), refere-se à soma das pessoas que se autodeclararam de pele preta ou parda.

O Serviço Social surge ligado diretamente à Igreja Católica, que passa a analisar a questão social⁴ como um fator moral e religioso, e como afirma Eurico (2011) as relações raciais não foram questionadas por muito tempo. Ainda assim, Gonçalves (2018) aponta o quanto o Serviço Social em sua gênese contribuiu para reforçar o mito da democracia racial⁵, atendendo às ideias da classe dominante:

Na gênese do Serviço Social, na década de 1930, esta população permaneceu escanteada. Diluída na condição de pobre e miserável, tornou-se objeto de uma caridade que, mais do que flertar, estabeleceu ligações perigosas com a política eugenista do Estado brasileiro. Produto histórico das relações sociais, a profissão esteve estreitamente vinculada às ideias da classe dominante e reproduziu ou reforçou o status quo. (GONÇALVES, 2018, p.515)

A pensadora também refere que a relação do Serviço Social tradicional e a população negra é cerceada por duas questões: 1) a profissão recebeu influências eugenistas sob a justificava moral de que era preciso melhorar a raça; 2) a categoria se viu sob o mito da democracia racial, ideologia responsável por propagar a ideia de uma escravidão branda e de uma convivência pacífica entre os povos. E pontua que “os (as) primeiros (as) assistentes sociais não perceberam que o nó da questão social, núcleo elementar da profissão, residia justamente na ofuscada questão racial” (GONÇALVES 2018, p.515). A autora desperta uma inquietação:

[...] por que o Serviço Social ainda guarda reticências em perceber que a questão racial é nuclear à questão social? Se a questão social é produzida compulsoriamente pelo capitalismo (NETTO, 2001b), qual a nossa dificuldade em compreender que a questão racial e seu mais grave subproduto, o racismo, fazem parte das relações que impulsionam e dinamizam a sociedade burguesa? Ora o modo de produção capitalista beneficiou-se enormemente do escravismo e amparou as bases da opressão racial, possibilitando que esta se mantenha e continue a sustentar a reprodução do capital. (GONÇALVES, 2018, p.519)

No entanto, a profissão se apresentou em gradual construção e desconstrução e, como afirma ALVES (2020), o Serviço Social que temos atualmente não é o mesmo de sua gênese cuja configuração é de uma profissão laica e com um projeto profissional emancipatório.

⁴ Segundo Yamamoto (1999, p. 27), a Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais colectiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.)

⁵ Kabengele Munanga (1999, p.80) “O mito da democracia racial, baseado na dupla mestiçagem, biológica e cultural, entre as três raças originárias, tem uma penetração muito profunda na sociedade brasileira: exalta a ideia de convivência harmoniosa entre os indivíduos de todas as camadas sociais e grupos étnicos, permitindo às elites dominantes dissimularem as desigualdades [...]”.

É evidente que o avanço do debate étnico-racial na trajetória do Serviço Social brasileiro está em constante evolução na sua direção ético-política, visto que as entidades organizativas têm promovido iniciativas com o objetivo de orientar e provocar a reflexão sobre a temática, a exemplo do Código de Ética do/a Assistente Social de 1993⁶, com 11 princípios fundamentais elencados, destacando-se os de número "VI- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;" e "VIII- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;" (CFESS, 2012), bem como a Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, que regulamenta a profissão, bem como as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 1996).

É importante lembrar que há 132 anos acontecia a abolição da escravatura no Brasil, último país a realizar tal feito. Contudo, quando se analisa a trajetória da população negra, dados estatísticos e de representação, percebe-se que há um caminho longo para que os/as negros/as alcancem a ascensão em uma sociedade que ainda se apresenta racista, patriarcal e capitalista, como já apontava Florestan Fernandes (1972, p.15): "O negro permaneceu sempre condenado a um mundo que não se organizou para tratá-lo como ser humano e como 'igual'".

Além disso, a aniquilação para a mulher negra foi ainda mais cruel e intensa. Ângela Davis (1944, p.24) aponta que, ao contrário das mulheres brancas, em virtude da escravidão, o trabalho sempre foi central na vida da mulher negra, repetidamente tratada como mercadoria e constantemente comercializada, era forçada a produzir com a mesma força de trabalho dos homens; na definição da autora a "unidade de trabalho lucrativo", tal como era favorável ao escravocrata usá-la para realizar tarefas domésticas. Ainda assim, Davis (1944, p.26) salienta que, além do trabalho escravo, aconteciam os abusos e violências sexuais constantes, evidenciados pela autora de maneira que o estupro era uma forma ostensiva de domínio econômico e facilitava a cruel exploração de seu trabalho.

O autor Abdias do Nascimento (2016, p.103) ainda destaca as diversas formas de violências, como, a sexualização do corpo da mulher negra e suas perdas "Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e o total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco".

⁶Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 04 ago. 2020.

Mesmo após a abolição da escravatura, o Estado Brasileiro não implementou políticas públicas que estimulassem a integração de negros/as na cidadania. Segundo Clóvis Moura (1992, p.64), a cidadania do negro foi simbólica e as estratégias da classe dominantes foram capazes de colocá-lo emparedado em um imobilismo social que dura até os dias de hoje.

Alguns dados estatísticos demonstram os impactos que o período escravocrata acarretou para a população negra, principalmente, para a mulher negra, no que tange gênero, raça e classe presentes até os dias de hoje. Recentemente, no 1º trimestre de 2020, o IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- (2020), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, apontou que a população em idade de trabalho, com 14 anos ou mais de idade, foi estimada em 172,4 milhões de pessoas, cerca de 55,8% destas se classificam pretas e pardas.

Em pesquisa sobre trabalhos domésticos, realizada pelo IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- (2019, p. 50), afirma-se que a atividade doméstica é caracterizada por ser uma atividade tipicamente feminina e negra - mais de 90% dos trabalhadores domésticos são mulheres e mais de 60% das mulheres que são empregadas domésticas são negras.

O documento traz, ainda, a afirmativa de que grande parte dos jovens que não acessam a educação e trabalho decente são mulheres negras e pardas, pois, muitas vezes, carregam o fardo de responsabilidades domésticas, tal como, cuidar de crianças e idosos, o que acarreta dificuldades em conciliar trabalho e estudo (Boletim de Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise nº 67, p. 108).

No que diz respeito à saúde da mulher negra, a pesquisa intitulada "A cor da dor: iniquidades raciais na atenção ao pré-natal e ao parto no Brasil", Maria do Carmo Leal (2017) e sua equipe, pesquisadores da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), afirmam que "a razão de mortalidade materna é maior duas vezes e meia em mulheres pretas do que em brancas no Brasil". Quanto à violência obstétrica, o artigo afirma que:

[...] foram verificados piores indicadores de atenção pré-natal e parto nas mulheres de cor preta e parda [...] Mulheres pardas e pretas sofreram menos intervenções obstétricas no parto [...], no entanto as pretas receberam menos anestesia local quando submetidas à episiotomia. [...] a adequação do pré-natal e vinculação à maternidade para as mulheres pretas se mostrou pior. (LEAL, MC et al. 2017)

Em relação à violência contra mulher, é possível afirmar que as maiores vítimas são as mulheres negras, conforme aponta o 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2019), sendo que das 1.206 vítimas de feminicídio, em torno de 61%, são mulheres negras. Acrescenta-se que do universo de 66.041 vítimas de violência sexual cerca de 50,9% são negras.

Diante do exposto, tais apontamentos demonstram as desvantagens que o período escravagista acarretou para a população negra e, sobretudo, para a mulher negra brasileira. Na próxima seção, será apresentada a metodologia utilizada nesta pesquisa.

METODOLOGIA

O tema desta pesquisa surgiu a partir de questionamentos relacionados às experiências vivenciadas na atuação profissional de mulheres, negras e assistentes sociais.

O estudo constitui-se de uma pesquisa exploratória, com método de abordagem quanti-qualitativa. Realizou-se uma pesquisa documental *online*, através da plataforma *Google Forms*, com assistentes sociais, somente do gênero feminino, que atuam no município de São José do Rio Preto- São Paulo.

Trinta (30) assistentes sociais foram convidadas para participar do estudo, por meio de mensagem pelos aplicativos *Whatsapp* e/ou *Facebook*. Entretanto, sete (07) profissionais não retornaram o contato e, portanto, não seguiram na pesquisa. Sendo assim, vinte e três (23) retornaram o contato das pesquisadoras e, então, receberam um *e-mail* com as orientações para responderem ao questionário conjuntamente do termo de consentimento. Destas, dezoito (18) aceitaram participar do estudo. No entanto, apenas uma (01) não conseguiu acesso ao questionário virtual; neste caso, foi-lhe enviado via *e-mail* o documento de texto no formato *Word* com as mesmas perguntas feitas virtualmente.

O questionário contém 39 perguntas objetivas e subjetivas, foi elaborado pelas autoras e aplicado via formulário *online*, visando traçar o perfil das profissionais através do levantamento das informações relacionadas à raça/cor, idade, religião, estado civil, graduação/pós-graduação, função, renda, aspectos educacionais, além de possíveis situações vivenciadas de preconceito e discriminação e ainda aspectos voltados ao debate étnico-racial.

A análise dos dados foi realizada por meio do programa *Microsoft® Excel®* 2013, que ordenou e classificou as informações, a fim de que fosse possível obter as respostas da pesquisa em suma e a visualização dos resultados. Na seguinte seção, apresentam-se os resultados obtidos.

RESULTADOS

Na tabela abaixo, consta as respostas das participantes da pesquisa para a categoria cor/etnia. No sistema classificatório do IBGE, estão representadas cinco opções: branco, preto, pardo, amarelo e indígena. Desta forma, 94,44% das participantes se identificaram como mulheres negras, sendo 72,22% pretas e 22,22% pardas, representando o maior reconhecimento do perfil étnico-racial.

Tabela 1: Categoria por cor/etnia e idade

Variáveis	Preto N = 13 72,22%		Pardo N = 4 22,22%		Amarelo N = 1 5,56%		TOTAL N = 18 100,00%	
Idade								
18 - 25	2	15,38%	0	0,00%	0	0,00%	2	11,11%
26 - 30	1	7,69%	1	25,00%	0	0,00%	2	11,11%
31 - 45	10	76,92%	2	50,00%	1	100,00%	13	72,22%
46 - 50	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Acima de 50	0	0,00%	1	25,00%	0	0,00%	1	5,56%

No questionário, a pergunta de nº 02- de resposta livre- versa sobre as características que as participantes acreditam ter para se classificarem nesta categoria de cor/etnia. As respostas mais citadas foram: cor da pele, cabelo (crespo/afro), traços (nariz, boca/lábios grossos) e descendência familiar ("mistura" entre pai e mãe negros/ brancos, miscigenação).

Tabela 2: Características das participantes - Religião, Estado Civil e Filhos

Variáveis	Preto N = 13 72,22%		Pardo N = 4 22,22%		Amarelo N = 1 5,56%		TOTAL N = 18 100,00%	
Religião								
Católico	6	46,15%	2	50,00%	1	100,00%	9	50,00%
Evangélico	0	0,00%	1	25,00%	0	0,00%	1	5,56%
Protestante	1	7,69%	0	0,00%	0	0,00%	1	5,56%
Espírita	2	15,38%	0	0,00%	0	0,00%	2	11,11%
Candomblé	1	7,69%	0	0,00%	0	0,00%	1	5,56%
Umbanda	0	0,00%	1	25,00%	0	0,00%	1	5,56%
Messiânica	1	7,69%	0	0,00%	0	0,00%	1	5,56%
Sem Religião/Indefinida	2	15,38%	0	0,00%	0	0,00%	2	11,11%
Estado Civil								
Solteiro	7	53,85%	3	75,00%	1	100,00%	11	61,11%
Casado	3	23,08%	1	25,00%	0	0,00%	4	22,22%
Divorciado	1	7,69%	0	0,00%	0	0,00%	1	5,56%
Separado Judicialmente	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Viúvo	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Amasiado	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
União Estável	2	15,38%	0	0,00%	0	0,00%	2	11,11%
Filhos								
Sim	2	15,38%	0	0,00%	0	0,00%	2	11,11%
Não	11	84,62%	4	100,00%	1	100,00%	16	88,89%

Na tabela 2, é possível observar que há predominância da religião Católica, adotada pelas participantes da pesquisa. Em seguida, obtiveram o mesmo percentual de respostas, a religião Espírita como adotada pelas assistentes sociais e a opção sem religião/indefinida. As religiões afro-brasileiras também apareceram, porém não são preponderantes.

Ainda na tabela 2, percebeu-se que o montante de participantes sem filhos se destaca, isto é 88,89% das mulheres pesquisadas são de cor preta e não tem filhos.

Tabela 3 - Aspectos Educacionais

Variáveis	Preto N = 13		Pardo N = 4		Amarelo N = 1		TOTAL N = 18	
		72,22%		22,22%		5,56%		100,00%
Escola que estudou								
Pública	12	92,31%	3	75,00%	1	100,00%	16	88,89%
Privada	1	7,69%	1	25,00%	0	0,00%	2	11,11%
Pessoas na família com Ensino Superior								
Nenhuma	6	46,15%	0	0,00%	0	0,00%	6	33,33%
1	3	23,08%	2	50,00%	0	0,00%	5	27,78%
2	3	23,08%	0	0,00%	1	100,00%	4	22,22%
3	1	7,69%	2	50,00%	0	0,00%	3	16,67%
4	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Acima 4	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Idade que iniciou na faculdade de Serviço Social								
17 - 22	6	46,15%	2	50,00%	1	100,00%	9	50,00%
23 - 29	5	38,46%	1	25,00%	0	0,00%	6	33,33%
30 - 35	2	15,38%	0	0,00%	0	0,00%	2	11,11%
35 - 40	0	0,00%	1	25,00%	0	0,00%	1	5,56%
Faculdade que se formou era								
Pública	2	15,38%	2	50,00%	0	0,00%	4	22,22%
Privada	11	84,62%	2	50,00%	1	100,00%	14	77,78%
Forma de inserção na Faculdade								
Vestibular	10	76,92%	4	100,00%	1	100,00%	15	83,33%
ENEM	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
PROUNI	2	15,38%	0	0,00%	0	0,00%	2	11,11%
FIES	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Programa Escola da Família	1	7,69%	0	0,00%	0	0,00%	1	5,56%
Bolsas de estudo (particular)	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Cotas raciais	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

Através da tabela 3, observa-se que a maioria das participantes estudaram em escola pública, totalizando 88,89%. Ainda vale destacar que das 77,78% assistentes sociais que frequentaram faculdades privadas, 72,22% correspondem às mulheres pretas e pardas. Segundo o Jornal da Unicamp, reportagem de 2019, com dados baseados no Censo da Educação Superior

de 2016, as graduações que mais incluem alunos pretos e pardos são Serviço Social, Licenciaturas em Letras e em Química, Recursos Humanos e Enfermagem⁷.

O acesso ao Ensino Superior de pessoas da família varia entre nenhuma a 02 pessoas. Assim, é possível afirmar que algumas das participantes responderam serem as únicas que cursaram Ensino Superior em suas famílias. Quanto à idade de ingresso na faculdade, 50% ingressaram logo após a saída do Ensino Médio. Todavia é importante ressaltar que também houve acesso ao ensino superior de pessoas entre 30 a 40 anos.

A forma de ingresso mais evidente foi através de provas vestibulares (que pode ser aplicado em faculdades/universidades públicas e particulares) e, em segundo lugar, por meio de programas sociais, como, PROUNI (Programa Universidade para Todos) e Programa Escola da Família.

Tabela 4 - Graduação, pós-graduação e professores negros

Variáveis	Preto N = 13		Pardo N = 4		Amarelo N = 1		TOTAL N = 18	
		72,22%		22,22%		5,56%		100,00%
Professores negros na graduação								
Nenhum	6	46,15%	1	25,00%	0	0,00%	7	38,89%
1	4	30,77%	3	75,00%	1	100,00%	8	44,44%
2 a 3	3	23,08%	0	0,00%	0	0,00%	3	16,67%
3 a 4	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
4 a 5	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
mais que 5	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Cursou Pós-Graduação								
Não cursou Pós-graduação	3	21,43%	1	25,00%	1	100,00%	5	26,32%
Especialização	9	64,29%	3	75,00%	0	0,00%	12	63,16%
Mestrado	2	14,29%	0	0,00%	0	0,00%	2	10,53%
Doutorado	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Pós-Doutorado	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Obs: nesta categoria, vale ressaltar que uma das participantes cursou Especialização e Mestrado.								
Professores negros na pós-graduação								
Não cursou pós-graduação	3	23,08%	1	25,00%	1	100,00%	5	27,78%
Nenhum	6	46,15%	3	75,00%	0	0,00%	9	50,00%
1	3	23,08%	0	0,00%	0	0,00%	3	16,67%
2 a 3	1	7,69%	0	0,00%	0	0,00%	1	5,56%
3 a 4	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
4 a 5	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
mais que 5	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Graduação - Conteúdos relevantes para o debate étnico-racial								
Muitos conteúdos	3	23,08%	0	0,00%	0	0,00%	3	16,67%
Alguns conteúdos	3	23,08%	2	50,00%	1	100,00%	6	33,33%
Poucos conteúdos	6	46,15%	2	50,00%	0	0,00%	8	44,44%
Nenhum conteúdo	1	7,69%	0	0,00%	0	0,00%	1	5,56%
Não lembro	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%

⁷Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/11/19/racismo-no-mundo-academico-um-tema-para-se-discutir-na-universidade>. Acesso em 29 ago.2020.

A tabela 4 expõe a escassez de professores negros nos cursos de graduação feitos pelas assistentes sociais participantes, apresentando um número alarmante de 38,89% cujas respostas mostraram que essas mulheres não tiveram aula com nenhum e 44,44% que apontam apenas 01 professor/a negro/a.

No tocante à presença de professores negros na pós-graduação, das 13 participantes que cursaram pós, apenas uma participante (5,56%) afirmou que teve aulas com 2 a 3 professores negros. Esses dados, segundo o site G1, em pesquisa realizada no ano de 2018, baseada em dados do INEP, obtidos através do Censo de Ensino Superior de 2017, afirmam que Negros representam apenas 16% dos professores universitários (faculdades públicas e privadas)⁸.

O acesso à pós-graduação resumiu-se em 63,16% que cursaram especialização e 10,53% mestrado. É importante ressaltar que uma das alunas cursou uma especialização e também o mestrado. Por outro lado, 26,32% das participantes não cursaram pós-graduação. O Portal Geledés⁹ aponta a dificuldade do acesso de pessoas negras aos programas de pós-graduação, acrescentando a informação de que, em 2017, o grupo com a maior fatia das bolsas do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) foi o de mulheres brancas, com 31% dos financiamentos. As mulheres pretas foram 3% do total de 93.405 bolsistas contemplados. As mulheres pardas receberam 12% das bolsas e os homens brancos 28%.

Ao verificar a quantidade de conteúdos sobre o debate étnico-racial estudados pelas participantes em suas graduações em Serviço Social, os dados apontam que 44,44% estudaram "poucos conteúdos" e 33,33% estudaram "alguns conteúdos".

O documento "Subsídio para o debate étnico-racial na formação em Serviço Social", da ABEPSS (2018) aponta que ainda há uma tímida produção e ações políticas - embora estejam numa crescente - no campo da luta antirracista no Serviço Social, que reverbera na formação profissional limitando o aprofundamento de uma análise da totalidade da realidade brasileira.

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/2018/11/20/negros-representam-apenas-16-dos-professores-universitarios.ghtml>. Acesso em 29 ago. 2020.

⁹ Disponível em: <https://www.geledes.org.br/menos-de-3-entre-docentes-da-pos-graduacao-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/>. Acesso em 29 ago. 2020.

Tabela 5 - Setor, Cargo, Chefia e Faixa Salarial

Variáveis	Preto		Pardo		Amarelo		TOTAL	
	N = 13	72,22%	N = 4	22,22%	N = 1	5,56%	N = 18	100,00%
Em qual setor trabalha atualmente								
Público	7	53,85%	2	50,00%	1	100,00%	10	55,56%
Privado (Empresa)	1	7,69%	1	25,00%	0	0,00%	2	11,11%
Terceiro Setor (Organização da Sociedade)	4	30,77%	0	0,00%	0	0,00%	4	22,22%
ONG (Organização da Sociedade Civil)	1	7,69%	1	25,00%	0	0,00%	2	11,11%
Autônoma	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Cargo								
Assistente Social	9	69,23%	4	100,00%	1	100,00%	14	77,78%
Coordenação	3	23,08%	0	0,00%	0	0,00%	3	16,67%
Supervisão	1	7,69%	0	0,00%	0	0,00%	1	5,56%
Outros	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Pessoas negras no cargo de chefia/diretoria								
Sim	7	53,85%	0	0,00%	1	100,00%	8	44,44%
Não	6	46,15%	4	100,00%	0	0,00%	10	55,56%
Política pública que atua								
Assistência Social	10	76,92%	3	75,00%	1	100,00%	14	77,78%
Saúde	1	7,69%	0	0,00%	0	0,00%	1	5,56%
Educação	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Esporte	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Habitação	1	7,69%	0	0,00%	0	0,00%	1	5,56%
Cultura	1	7,69%	0	0,00%	0	0,00%	1	5,56%
Sócio-Jurídico	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outro	0	0,00%	1	25,00%	0	0,00%	1	5,56%
Faixa Salarial								
Até 1 s.m	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1 a 2 s.m	1	7,69%	0	0,00%	0	0,00%	1	5,56%
2 a 3 s.m	6	46,15%	2	50,00%	1	100,00%	9	50,00%
3 a 4 s.m	0	0,00%	1	25,00%	0	0,00%	1	5,56%
4 a 5 s.m	4	30,77%	0	0,00%	0	0,00%	4	22,22%
5 a 6 s.m	1	7,69%	1	25,00%	0	0,00%	2	11,11%
superior a 6 s.m	1	7,69%	0	0,00%	0	0,00%	1	5,56%

Observando a tabela 5, questionadas sobre o setor de trabalho atual, constatou-se que 55,56% das profissionais atuam no setor público, seguido pela atuação no terceiro setor.

Para a pergunta sobre os cargos ocupados atualmente, aquele que se sobressai nesta pesquisa é o de Assistente Social/técnico, seguido pelo cargo de coordenação.

A presença de pessoas negras nos cargos de chefia aparece com 44,44%, considerando que as participantes que estão no cargo de coordenação, se incluem nesse montante.

As assistentes sociais participantes da pesquisa em sua maioria indicaram que a política pública na qual atuam é a Assistência Social, com 77,78% das respostas. Por sua vez, a atuação das demais assistentes sociais está nas áreas da Saúde, Habitação, Cultura e Outros, alcançando o percentual de 5,56% para cada uma das áreas.

No tocante à faixa salarial, a maioria das participantes desta pesquisa recebe entre 2 e 3 salários mínimos. Embora exista uma parcela significativa de 22,22% que ganham entre 4 e 5 salários mínimos.

Sobre as questões de nº 26, 27 e 28, abordou-se a presença de pessoas negras (homens e mulheres) nas equipes de trabalho em que estão inseridas as profissionais participantes desta pesquisa. Os resultados destacam que apenas sete equipes são compostas de 25% a 50% de funcionários negros/as. Nessas equipes, a presença negra majoritária é de mulheres. As demais assistentes sociais informaram que suas equipes de trabalho variam, compondo-se de nenhuma (0%) a 20% da equipe de pessoas negras.

Tabela 6 - Situações no ambiente de Trabalho

Variáveis	Preto		Pardo		Amarelo		TOTAL	
	N = 13	72,22%	N = 4	22,22%	N = 1	5,56%	N = 18	100,00%
Piadas sobre suas características físicas (cabelo, traços) e cor;	8	61,54%	1	25,00%	0	0,00%	9	50,00%
Você já se sentiu hipersexualizada em detrimento da sua raça/cor (por funcionários/usuários) seja com atitudes ou falas;	7	53,85%	0	0,00%	0	0,00%	7	38,89%
Não ser identificada como profissional, de imediato, por Usuários/pessoas;	9	69,23%	3	75,00%	0	0,00%	12	66,67%
Se for cargo de chefia, já se deparou com a insubordinação devido sua cor;	4	30,77%	0	0,00%	0	0,00%	4	22,22%
Alguém da equipe já duvidou da sua capacidade profissional;	7	53,85%	0	0,00%	0	0,00%	7	38,89%
Já foi estereotipada como agressiva por sua forma de falar ou seu jeito de se posicionar;	5	38,46%	2	50,00%	0	0,00%	7	38,89%
Já solicitaram muitas vezes serviços que não condiz com suas atribuições, por associar sua cor às situações subservientes (que consente em servir de maneira humilhante);	4	30,77%	0	0,00%	0	0,00%	4	22,22%
Não, nunca sofri nenhuma situação acima;	0	0,00%	1	25,00%	1	100,00%	2	11,11%
Não sei informar;	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Outro:	2	15,38%	0	0,00%	0	0,00%	2	11,11%

Na tabela 6, referente à questão de nº 29, propõe para as participantes assinalarem se já vivenciaram situações semelhantes às descritas, e as mais evidentes foram: "não ser identificada como profissional, de imediato, por usuários/pessoas" com 66,67% das respostas; além disso, 50% das profissionais de cor preta e 75% das pardas referiram-se ter vivido em seguida "piadas sobre suas características físicas (cabelo, traços) e cor", ou seja, metade das participantes 61,54% representam as mulheres pretas.

Outras situações citadas que obtiveram 38,89% das respostas afirmativas foram: "você já se sentiu hipersexualizada considerando sua raça/cor (por funcionários/usuários) seja com atitudes ou falas" e "já foi estereotipada como agressiva por sua forma de falar ou seu jeito de se posicionar".

Para os cargos de chefia, as 04 profissionais (de cor preta - vide Tabela 6) com cargo de supervisão e coordenação apontam ter sofrido "insubordinação devido sua cor".

Duas das participantes afirmam nunca ter sofrido situações como as citadas, nem outras, sendo uma da cor parda e outra declarada amarela.

Tabela 7 - Origem das situações

Variáveis	Preto		Pardo		Amarelo		TOTAL	
	N = 13	72,22%	N = 4	22,22%	N = 1	5,56%	N = 18	100,00%
Por outro/s Assistente/s Social/s	2	15,38%	2	50,00%	0	0,00%	4	22,22%
Pelos/as funcionários/as	11	84,62%	2	50,00%	0	0,00%	13	72,22%
Pela coordenação ou direção	3	23,08%	1	25,00%	0	0,00%	4	22,22%
Pelos/as usuários/as	8	61,54%	3	75,00%	0	0,00%	11	61,11%
Outros	1	7,69%	0	0,00%	0	0,00%	1	5,56%
Não respondeu	0	0,00%	0	0,00%	1	100,00%	1	5,56%

Na tabela 7, sistematizou-se as respostas obtidas na questão de nº 30, as assistentes sociais assinalaram até cinco das opções previstas. Então, aproximadamente 72,22% indicaram que sofreram situações de discriminação por parte dos funcionários/as, também por usuários/as (61,11%), por outro/s Assistente/s Social/s (22,22%), pela coordenação ou direção (22,22%). 5,56% relataram outras situações e 5,56% não responderam.

A questão de nº 31 indagou se as profissionais identificam vivências semelhantes em empregos anteriores. Obteve-se que 83,33% responderam que sim e 16,67% responderam que não. Na questão de nº 32, referiu-se à vivência de situação de assédio (moral, verbal, virtual, psicológico e/ou sexual): 55,56% das mulheres pesquisadas indicam que não, entretanto 44,44% indicam que já vivenciaram uma situação de assédio.

As profissionais também responderam sobre como enfrentam o racismo com a população que atende. Em suma, as respostas foram: atendimento individual/ações particularizadas, discussões em grupos/rodas de conversa, informações, orientações, através das oficinas ofertadas, reflexões, fóruns, entre outros.

Em relação ao espaço sócio-ocupacional onde atuam, o questionamento foi se há luta e/ou política de combate ao racismo institucional, contudo as respostas mostram uma negativa, pois cerca de 72,22% das assistentes sociais responderam que não há.

Outro ponto abordado na pesquisa foi sobre o acesso à conteúdos e/ou teorias sobre raça, gênero e classe, por meio de livros, revistas, *internet*, televisão e mídias sociais. Neste caso, as respostas foram positivas, correspondendo a 94,44%; ocorreram muitas citações de conteúdos originados de livros, filmes e séries televisivas a partir de autores, em sua maioria negros.

E, por fim em suas falas destacam-se diversas sugestões para o enfrentamento do racismo institucional nos espaços sócio-ocupacionais, dentre elas:

"Trata-se de um processo de construção coletiva. O tema precisa ser abordado debatido e discutido pelos trabalhadores dentro dos ambientes organizacionais para que haja uma reflexão sobre a reprodução do racismo e o fomento de mudanças de atitudes, ou seja, para que haja uma desconstrução nas ações reproduzidas por posicionamentos estereotipados. Analisar frases ditas cotidianamente como "serviço de preto", que significa serviço mal feito, é preponderante para o processo, pois será que ao dizer, as pessoas tem consciência da fala, ou apenas reproduzem mecanicamente sem associar o verdadeiro sentido? Digo por experiência própria, por diversas vezes pronunciei frases preconceituosas e racistas sem ao menos compreender o que dizia."

"No caso do Serviço social acredito que é preciso começar na graduação. Pela inserção urgente de um conteúdo massivo afrocentrico. Como o Almeida, Silvio a educação é o caminho não existe outro meio para combater o racismo se não entendermos como ele surgiu, porque e onde ele esta. Isso vai educar os assistentes sociais brancos e negros. Os brancos não iram reproduzir os negros saberão se defender e ambos conseguirão realizar uma leitura critica e realizar uma anamnese e analise de conjuntura compatível com a realidade, entendendo de fato as expressões da questão social que lamamoto Marilda tanto fala." (grifo nosso)

"O racismo precisa estar na pauta do dia, precisamos falar muito mais sobre ele, algo que está explícito no nosso dia a dia e que a maior parte da população entende como normal deve ser cada vez mais trabalhado por todos os ambientes organizacionais, crimes devem ser de fato punidos e combatidos, negros precisam ter voz, vez, visibilidade e representatividade. Além disso, o assunto deve ser mais estudado por todos, atualmente sendo estudado em sua maioria pelos negros, o que dificulta o alcance, uma vez que o negro detém o conhecimento mas ainda nesta sociedade não consegue ocupar o lugar de fala." (grifo nosso)

"Para além do debate, é necessário ações voltadas para a questão racial de modo que atraia a população integrante e as leve a consciência de que só a luta e o combate ao racismo é que vai por fim ao mesmo. Lembrando que não há como debater racismo sem falar da estrutura do capitalismo, pois ele se alimenta das opressões para continuar sobrevivendo, a luta por si só não nos levara ao fim do racismo, é necessário um outro modelo de sociabilidade para que nós negros um dia possamos viver em paz." (grifo nosso)

Encerra-se a seção de "Resultados" com as falas de algumas participantes da pesquisa, destacadas acima. Na seção seguinte, apresentam-se algumas conclusões e reflexões acerca dos dados levantados e suas implicações na carreira destas assistentes sociais.

CONCLUSÃO

As informações abarcadas nesses resultados reforçam a importância do debate étnico-racial nos espaços sócio-ocupacionais, incluindo ações afirmativas e enfatizando desde a formação educacional até o atendimento com a população cujo foco seja impreterivelmente nos profissionais. Desta maneira, fica clara a relevância da redução dessa lacuna no ambiente de trabalho do assistente social, uma vez que o racismo institucional ficou evidente diante dos dados obtidos.

Mesmo estas mulheres negras tendo o acesso ao Ensino Superior, elas são a minoria de pessoas negras nesses espaços. É notório ainda a escassez de representatividade, por exemplo, de professores/as negros/as, como salienta a escritora e filósofa Djamila Ribeiro (2019, p.36): "Essas experiências comuns resultantes do lugar social que ocupam impedem que a população negra acesse certo espaços [...] acarreta a não existência de produções e epistemologias desses grupos nesses espaços", o que explica os resultados sobre o nível de acesso aos conteúdos de debate étnico-racial. A necessidade de estimular cada vez mais essa problemática nos espaços é imprescindível, inclusive nos ambientes sócio-ocupacionais.

A maioria das profissionais são atuantes da política de Assistência Social, o que revela que há necessidade de incorporar as temáticas étnico-raciais nos grupos de trabalhadores, pensando em duas vertentes: a primeira delas, aprofundar nas teorias antirracistas para profissionais negros e não-negros com o objetivo de erradicar as possíveis situações de racismo no ambiente de trabalho; e, a segunda, auxiliar na atuação, não só de técnicos Assistentes Sociais (negros e não-negros), como também outros integrantes da equipe para a elucidação da população, visto que a vulnerabilidade se dá pela questão racial.

Ainda é corriqueira vivência de situações racistas nos ambientes de trabalho ocupados por essas trabalhadoras, como ficou evidente através dos dados analisados. Embora se compreenda que mesmo com a carência de conteúdos de cunho racial, tanto na graduação quanto nos espaços sócio-ocupacionais, as profissionais se mostram conscientes da necessidade e demonstram empenho no combate ao racismo frente à população.

Através de alguns dos depoimentos, foi possível perceber que existem algumas feridas identitárias, o que pode levar as profissionais ao adoecimento físico, psicológico, entre outros agravantes, tais como, a desmotivação por parte dos profissionais negros, em decorrência do racismo institucional e estrutural, podendo impactar diretamente no rendimento de seu trabalho.

A psicóloga Jeane Tavares, em matéria para o *site* Alma Preta, no ano de 2018¹⁰, referenciando vários outros autores e suas afirmações em relação à diversos aspectos da saúde da população negra, afirma que a discriminação e o preconceito geram disparidades na saúde mental, pois mesmo a pessoa negra tendo ascensão apresenta sofrimento psíquico por sofrer racismo, haja vista a associação entre o racismo percebido/discriminação e depressão, ansiedade, Transtorno de Estresse.

Outro ponto comum percebido em pessoas negras são os transtornos de psicose e transtorno mental, além da depressão; ainda destaca que mulheres negras sofrem mais estresse crônico do que homens negros; elucida também que o estresse crônico tem relação com adesão aos comportamentos de risco à saúde (sexual, exposição à violência, abuso de drogas), apresentando adoecimento crônico, dificuldade de autocuidado e de concentração que afetam a memória e a aprendizagem, especialmente, considerando crianças e jovens negros que são diretamente afetados, resultando na ruptura de vínculos afetivos, lutos crônicos, absenteísmo e desemprego.

O racismo estrutural e institucional é aparente no exercício profissional de vários trabalhadores, mesmo que alguns destes tenham superado percentuais negativos. Portanto, de acordo com o objetivo proposto neste estudo, é urgente a inclusão de conteúdos, reflexões, materiais, documentos, legislações no âmbito do Serviço Social, para minimizar as opressões sofridas por essas profissionais nos espaços por elas ocupados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS. Subsídio para o debate étnico-racial na formação em Serviço Social. Vitória. Ano 2018. Disponível em:
http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf. Acesso em 29 ago. 2020.

¹⁰ Disponível em: <https://www.almapreta.com/editorias/realidade/as-repercussoes-do-racismo-na-saude-mental>. Acesso em: 31 ago. 2020

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais/ coordenação Djamila Ribeiro ISBN: 978-85-98349-74-9

ALVES, Leonardo Dias. Serviço Social e Questão Racial: tensionamentos e disputas no processo de formação acadêmico-profissional / Leonardo Dias Alves; orientador Reginaldo Ghiraldelli. Brasília, 2020. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/38699/1/2020_LeonardoDiasAlves.pdf. Acesso em: 04 ago. 2020.

DAVIS, A. 1944- Mulheres, raça e classe [recurso eletrônico] / Angela Davis ; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016, p.24

EURICO, M.C. Da Escravidão ao Trabalho Livre: contribuições para o trabalho do assistente social. Ser Social, Brasília, vol.19, n.41, p. 41-42, 2017.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2019. Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acesso em: 10 jul 2020.

FERNANDES, Florestan. - O Negro no Mundo dos Brancos. Difusão Européia do Livro, São Paulo. 1972. 286 págs.

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018 ISSN 1982-0259

IBGE. Indicadores IBGE Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2020, p. 12. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2020_1tri.pdf. Acesso em 13. Jul 2020.

----- Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019 / Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 130 p. - Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em 20 jul. 2020.

IPEA. Mercado de trabalho: conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. - v.1, n.0, (mar.1996). Brasília: Ministério do Trabalho. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35058&Itemid=9. Acesso em 13 jul 2020.

Leal MC, Gama SGN, Pereira APE, Pacheco VE, Carmo CN, Santos RV. A cor da dor: iniquidades raciais na atenção pré-natal e ao parto no Brasil. Cad. Saúde Pública [Internet]. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csp/v33s1/1678-4464-csp-33-s1-e00078816.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2020.

MOURA, Clóvis. História do negro brasileiro, São Paulo, Ed. Ática, 1992.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra / Kabengele Munanga. - Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abdias do, 1914-2011. O Genocídio do Negro Brasileiro: processo de um racismo mascarado/ Abdias Nascimento. - 3. Ed. - São Paulo: Perspectiva, 2016.

OSORIO, Rafael Guerreiro, O Sistema Classificatório de "Cor ou Raça" do IBGE, Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2003. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0996.pdf. Acesso em: 31 ago. 2020.

RIBEIRO, Djamila. Lugar de Fala. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 112 p. (Feminismos Plurais/ coordenação Djamila Ribeiro) ISBN: 978-85-98349-68-8.